

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	11
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	22
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	23
Demonstração do Valor Adicionado	24

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	78
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	82

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.461
Preferenciais	183.792
Total	381.253
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	16/04/2012	Dividendo	15/05/2012	Ordinária		0,63338
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	16/04/2012	Dividendo	15/05/2012	Preferencial		0,69672
Reunião do Conselho de Administração	03/05/2012	Dividendo	25/05/2012	Ordinária		0,66069
Reunião do Conselho de Administração	03/05/2012	Dividendo	25/05/2012	Preferencial		0,72676
Reunião do Conselho de Administração	03/08/2012	Dividendo	27/08/2012	Ordinária		0,62744
Reunião do Conselho de Administração	03/08/2012	Dividendo	27/08/2012	Preferencial		0,69019

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	4.054.933	4.130.033
1.01	Ativo Circulante	746.551	744.771
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	296	44.469
1.01.02	Aplicações Financeiras	392.028	395.330
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	392.028	395.330
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	392.028	395.330
1.01.03	Contas a Receber	265.563	269.765
1.01.03.01	Clientes	36.318	32.450
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	36.318	32.450
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	229.245	237.315
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	229.240	237.315
1.01.03.02.02	Serviços Prestados	5	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	64.351	22.602
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	64.351	22.602
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	62.169	18.447
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	2.182	4.155
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.571	1.757
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	19.742	10.848
1.01.08.03	Outros	19.742	10.848
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	1.492	1.873
1.01.08.03.03	Outros Créditos	18.250	8.975
1.02	Ativo Não Circulante	3.308.382	3.385.262
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	157.142	176.852
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	157.142	176.852
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-14.386	-14.386
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	54.598	66.653
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	894	788
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	101.650	109.411
1.02.01.09.09	Outros Créditos	14.386	14.386
1.02.02	Investimentos	3.898	16.318
1.02.02.01	Participações Societárias	3.898	16.318
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.898	16.318
1.02.03	Imobilizado	3.095.794	3.142.381
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.965.315	2.931.091
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	423	392
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	130.056	210.898
1.02.04	Intangível	51.548	49.711
1.02.04.01	Intangíveis	51.548	49.711
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	46.415	48.423
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	5.133	1.288

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	4.054.933	4.130.033
2.01	Passivo Circulante	901.893	599.786
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.158	1.410
2.01.02	Fornecedores	59.689	66.996
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	59.689	66.996
2.01.03	Obrigações Fiscais	401.269	384.551
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	401.269	384.551
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	390.952	373.387
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	10.317	11.164
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	340.733	25.718
2.01.04.02	Debêntures	340.482	25.498
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	251	220
2.01.05	Outras Obrigações	44.540	67.527
2.01.05.02	Outros	44.540	67.527
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.413	27.673
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	17.130	15.710
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	13.041	11.099
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	11.956	13.045
2.01.06	Provisões	54.504	53.584
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54.504	53.584
2.01.06.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	54.504	53.584
2.02	Passivo Não Circulante	1.246.888	1.576.171
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	599.290	898.455
2.02.01.02	Debêntures	599.041	898.219
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	249	236
2.02.02	Outras Obrigações	2.537	11.156
2.02.02.02	Outros	2.537	11.156
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	1.798	10.456
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	647	585
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	92	115
2.02.03	Tributos Diferidos	593.218	619.438
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	593.218	619.438
2.02.04	Provisões	51.843	47.122
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	51.843	47.122
2.02.04.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	51.843	47.122
2.03	Patrimônio Líquido	1.906.152	1.954.076
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	253.775	253.577
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.411	1.213
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.04	Reservas de Lucros	41.445	294.565
2.03.04.01	Reserva Legal	41.445	41.445
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	253.120
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	261.772	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.141.933	1.198.707

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	542.003	1.614.345	517.190	1.338.703
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-160.128	-485.504	-153.086	-415.797
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-37.088	-95.229	-27.443	-62.487
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-27.179	-79.956	-25.783	-72.083
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.389	-4.167	-1.278	-3.835
3.02.05	Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	-17.119	-53.693	-14.596	-46.655
3.02.07	Pessoal e Administradores	-20.825	-56.692	-17.178	-50.396
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-460	-1.412	-444	-1.244
3.02.09	Serviços de Terceiros	-19.606	-61.340	-20.181	-46.819
3.02.10	Material	-1.305	-3.039	-1.402	-3.236
3.02.12	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	43	0	-20
3.02.13	Provisão/Reversão para Litígios e Contingências	217	-1.447	-914	106
3.02.16	Depreciação e Amortização	-40.488	-119.329	-40.711	-122.023
3.02.17	Outras Receitas e Custos	5.114	-9.243	-3.156	-7.105
3.03	Resultado Bruto	381.875	1.128.841	364.104	922.906
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	616	1.861	339	2.610
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	616	1.861	339	2.610
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	382.491	1.130.702	364.443	925.516
3.06	Resultado Financeiro	-12.468	-38.427	-18.288	-42.776
3.06.01	Receitas Financeiras	7.189	26.293	12.410	41.042
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.657	-64.720	-30.698	-83.818
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-18.309	-60.449	-24.848	-73.443
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-1.348	-4.271	-5.850	-10.375
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	370.023	1.092.275	346.155	882.740
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-125.980	-372.493	-117.786	-300.498
3.08.01	Corrente	-132.665	-390.953	-126.067	-320.809
3.08.02	Diferido	6.685	18.460	8.281	20.311
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	244.043	719.782	228.369	582.242

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	244.043	719.782	228.369	582.242
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,61067	1,80111	0,57145	1,45694
3.99.01.02	PN	0,67174	1,98122	0,62859	1,60264
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,59292	1,74875	0,55484	1,41459
3.99.02.02	PN	0,65221	1,92363	0,61032	1,55605

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	244.043	719.782	228.369	582.242
4.03	Resultado Abrangente do Período	244.043	719.782	228.369	582.242

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	794.920	573.612
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	865.328	744.314
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	719.782	582.242
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	119.329	122.023
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	2.008	2.008
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	4.193	7.725
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-43	20
6.01.01.07	Provisão/Reversão de Litígios e Contingências	1.447	-106
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívida)	68.391	87.015
6.01.01.10	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-23.719	-33.788
6.01.01.11	Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	77	0
6.01.01.13	Tributos e Contribuição Sociais Diferidos	-18.460	-20.311
6.01.01.14	Ações e Opções de Ações Outorgadas	198	96
6.01.01.15	Dividendos e JSCP Recebidos	4.031	0
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.861	-2.610
6.01.01.18	Ganho de Capital na Alienação de Investimentos	-10.045	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-70.408	-170.702
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-3.825	-2.190
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	8.075	-52.317
6.01.02.04	Serviços Prestados	-5	0
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-44.584	-50.696
6.01.02.07	Outros Tributos Compensáveis	1.867	-457
6.01.02.08	Despesas Pagas Antecipadamente	-2.814	-2.043
6.01.02.09	Devedores Diversos	381	-1.692
6.01.02.10	Outros Créditos	-11.296	-19.270
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-252	-233
6.01.02.12	Fornecedores	-7.307	-51.078
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	17.565	12.094
6.01.02.14	Outros Tributos a Pagar	3.374	4.559
6.01.02.15	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	29.073	52.822
6.01.02.16	Obrigações Estimadas	1.482	2.335
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento	-7.675	-9.986
6.01.02.18	Pagamento de Litígios e Contingências	-875	-1.357
6.01.02.19	Outras Obrigações	-1.112	1.882
6.01.02.20	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-52.480	-53.075
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-41.511	72.857
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-76.529	-118.517
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-1.348.714	-892.678
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	1.349.546	1.084.080
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	13.891	-28
6.02.06	Alienação de Investimentos	20.295	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-797.582	-626.112
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-793.165	-621.755
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio	-4.221	-4.184

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-196	-173
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-44.173	20.357
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.469	402
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	296	20.759

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	198	-253.120	-514.784	0	-767.706
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	198	0	0	0	198
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-514.784	0	-514.784
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-253.120	0	0	-253.120
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	719.782	0	719.782
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	719.782	0	719.782
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	56.774	-56.774	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	84.182	-84.182	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-27.408	27.408	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.775	41.445	261.772	1.141.933	1.906.152

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.450	246.007	0	1.274.318	1.981.002
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.450	246.007	0	1.274.318	1.981.002
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	96	-204.562	-391.760	0	-596.226
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	96	0	0	0	96
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-391.760	0	-391.760
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-204.562	0	0	-204.562
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	582.242	0	582.242
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	582.242	0	582.242
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	56.749	-56.749	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	85.983	-85.983	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-29.234	29.234	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.546	41.445	247.231	1.217.569	1.967.018

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	1.703.619	1.408.046
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.703.512	1.408.050
7.01.02	Outras Receitas	64	16
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	43	-20
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-259.086	-196.912
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-184.848	-140.359
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-64.379	-50.055
7.02.04	Outros	-9.859	-6.498
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-9.859	-6.498
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.444.533	1.211.134
7.04	Retenções	-119.329	-122.023
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-119.329	-122.023
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.325.204	1.089.111
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.154	43.652
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.861	2.610
7.06.02	Receitas Financeiras	26.293	41.042
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.353.358	1.132.763
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.353.358	1.132.763
7.08.01	Pessoal	48.379	43.262
7.08.01.01	Remuneração Direta	37.400	32.905
7.08.01.02	Benefícios	8.268	8.395
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.679	1.918
7.08.01.04	Outros	32	44
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	519.843	423.033
7.08.02.01	Federais	519.475	422.940
7.08.02.02	Estaduais	345	91
7.08.02.03	Municipais	23	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	65.354	84.226
7.08.03.01	Juros	64.720	83.818
7.08.03.02	Aluguéis	634	408
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	719.782	582.242
7.08.04.02	Dividendos	514.784	391.760
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	204.998	190.482

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	4.055.075	4.130.717
1.01	Ativo Circulante	747.591	748.366
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	306	44.520
1.01.02	Aplicações Financeiras	392.104	397.420
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	392.104	397.420
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	392.104	397.420
1.01.03	Contas a Receber	265.563	270.203
1.01.03.01	Clientes	36.318	32.888
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	36.318	33.053
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-165
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	229.245	237.315
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	229.240	237.315
1.01.03.02.02	Devedores Diversos	5	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	64.371	22.712
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	64.371	22.712
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	62.180	18.555
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	2.191	4.157
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.571	1.766
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.676	11.745
1.01.08.03	Outros	20.676	11.745
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	1.500	1.873
1.01.08.03.03	Outros Créditos	19.176	9.872
1.02	Ativo Não Circulante	3.307.484	3.382.351
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	157.142	177.032
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	157.142	177.032
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-14.386	-14.576
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	54.598	66.833
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	894	788
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	101.650	109.411
1.02.01.09.09	Outros Créditos	14.386	14.576
1.02.03	Imobilizado	3.098.794	3.155.579
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.965.315	2.940.157
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	423	392
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	133.056	215.030
1.02.04	Intangível	51.548	49.740
1.02.04.01	Intangíveis	51.548	49.740
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	46.415	48.423
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	5.133	1.317

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	4.055.075	4.130.717
2.01	Passivo Circulante	902.035	600.464
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.158	1.413
2.01.02	Fornecedores	59.827	67.314
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	59.827	67.314
2.01.03	Obrigações Fiscais	401.273	384.699
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	401.273	384.699
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	390.956	373.491
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	10.317	11.208
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	340.733	25.718
2.01.04.02	Debêntures	340.482	25.498
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	251	220
2.01.05	Outras Obrigações	44.540	67.601
2.01.05.02	Outros	44.540	67.601
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.413	27.673
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	17.130	15.755
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	13.041	11.099
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	11.956	13.074
2.01.06	Provisões	54.504	53.719
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54.504	53.719
2.01.06.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	54.504	53.719
2.02	Passivo Não Circulante	1.246.888	1.576.177
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	599.290	898.455
2.02.01.02	Debêntures	599.041	898.219
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	249	236
2.02.02	Outras Obrigações	2.537	11.162
2.02.02.02	Outros	2.537	11.162
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	1.798	10.456
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	647	585
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	92	121
2.02.03	Tributos Diferidos	593.218	619.438
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	593.218	619.438
2.02.04	Provisões	51.843	47.122
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	51.843	47.122
2.02.04.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	51.843	47.122
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.906.152	1.954.076
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	253.775	253.577
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.411	1.213
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.04	Reservas de Lucros	41.445	294.565
2.03.04.01	Reserva Legal	41.445	41.445
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	253.120
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	261.772	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.141.933	1.198.707

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	543.092	1.618.455	518.624	1.344.132
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-160.620	-487.678	-154.315	-418.779
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-37.211	-95.601	-27.473	-62.682
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-27.190	-79.996	-25.802	-72.130
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.390	-4.172	-1.283	-3.847
3.02.05	Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	-17.119	-53.693	-14.596	-46.655
3.02.07	Pessoal e Administradores	-20.872	-56.993	-17.289	-50.724
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-460	-1.412	-444	-1.244
3.02.09	Serviços de Terceiros	-19.858	-62.652	-20.889	-48.485
3.02.10	Material	-1.323	-3.124	-1.451	-3.343
3.02.12	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	132	0	-20
3.02.13	Provisão/Reversão para Litígios e Contingências	202	-1.469	-1.029	-78
3.02.16	Depreciação e Amortização	-40.553	-119.579	-40.821	-122.347
3.02.17	Outras Receitas e Custos	5.154	-9.119	-3.238	-7.224
3.03	Resultado Bruto	382.472	1.130.777	364.309	925.353
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	382.472	1.130.777	364.309	925.353
3.06	Resultado Financeiro	-12.394	-38.312	-18.027	-42.247
3.06.01	Receitas Financeiras	7.261	26.522	12.644	41.605
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.655	-64.834	-30.671	-83.852
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-18.311	-60.550	-24.851	-73.558
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-1.344	-4.284	-5.820	-10.294
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	370.078	1.092.465	346.282	883.106
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-126.035	-372.683	-117.913	-300.864
3.08.01	Corrente	-132.720	-391.143	-126.194	-321.175
3.08.02	Diferido	6.685	18.460	8.281	20.311
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	244.043	719.782	228.369	582.242
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	244.043	719.782	228.369	582.242
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	244.043	719.782	228.369	582.242

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercicio 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercicio Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,61067	1,80111	0,57145	1,45694
3.99.01.01	ON	0,67174	1,98122	0,62859	1,60264
3.99.01.02	PN				
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,59292	1,74875	0,55484	1,41459
3.99.02.01	ON	0,65221	1,92363	0,61032	1,55605
3.99.02.02	PN				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	244.043	719.782	228.369	582.242
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	244.043	719.782	228.369	582.242
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	244.043	719.782	228.369	582.242

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	794.780	576.540
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	867.272	746.764
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	719.782	582.242
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	119.579	122.347
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	2.008	2.008
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	4.212	7.609
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-132	20
6.01.01.07	Provisão/Reversão de Litígios e Contingências	1.469	78
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	68.391	87.015
6.01.01.10	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-23.918	-34.340
6.01.01.11	Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	157	0
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-18.460	-20.311
6.01.01.14	Ações e Opções de Ações Outorgadas	198	96
6.01.01.15	Dividendos e JSCP Recebidos	4.031	0
6.01.01.18	Ganho de Capital na Alienação de Investimentos	-10.045	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-72.492	-170.224
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-3.835	-2.056
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	8.075	-52.317
6.01.02.04	Serviços Prestados	-5	0
6.01.02.05	Juros Pagos (Encargos de Dívida)	-52.480	-53.075
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-44.511	-50.603
6.01.02.07	Outros Tributos Compensáveis	1.852	-449
6.01.02.08	Despesas Pagas Antecipadamente	-2.824	-2.047
6.01.02.09	Devedores Diversos	368	-1.687
6.01.02.10	Outros Créditos	-11.318	-19.269
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-255	-233
6.01.02.12	Fornecedores	-7.038	-51.081
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	17.517	12.114
6.01.02.14	Outros Tributos a Pagar	3.355	4.546
6.01.02.15	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	29.208	53.113
6.01.02.16	Obrigações Estimadas	1.481	2.337
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento	-7.675	-9.986
6.01.02.18	Pagamento de Litígios e Contingências	-1.032	-1.423
6.01.02.19	Outras Obrigações	-1.141	1.892
6.01.02.20	Saída do caixa da AES Minas - Atividades Operacionais	-2.234	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-41.412	69.906
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-76.529	-118.566
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-1.352.941	-899.008
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	1.351.530	1.087.746
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	14.033	-266
6.02.06	Alienação de Investimentos	20.295	0
6.02.07	Saída do caixa da AES Minas - Atividades de Investimento	2.200	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-797.582	-626.112
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-793.165	-621.755

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio	-4.221	-4.184
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-196	-173
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-44.214	20.334
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.520	480
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	306	20.814

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076	0	1.954.076
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076	0	1.954.076
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	198	-253.120	-514.784	0	-767.706	0	-767.706
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	198	0	0	0	198	0	198
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-514.784	0	-514.784	0	-514.784
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-253.120	0	0	-253.120	0	-253.120
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	719.782	0	719.782	0	719.782
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	719.782	0	719.782	0	719.782
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	56.774	-56.774	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	84.182	-84.182	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-27.408	27.408	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.775	41.445	261.772	1.141.933	1.906.152	0	1.906.152

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	207.227	253.450	246.007	0	1.274.318	1.981.002	0	1.981.002
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	207.227	253.450	246.007	0	1.274.318	1.981.002	0	1.981.002
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	96	-204.562	-391.760	0	-596.226	0	-596.226
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	96	0	0	0	96	0	96
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-391.760	0	-391.760	0	-391.760
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-204.562	0	0	-204.562	0	-204.562
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	582.242	0	582.242	0	582.242
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	582.242	0	582.242	0	582.242
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	56.749	-56.749	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	85.983	-85.983	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-29.234	29.234	0	0	0
5.07	Saldo Finais	207.227	253.546	41.445	247.231	1.217.569	1.967.018	0	1.967.018

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	1.707.974	1.413.681
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.707.778	1.413.685
7.01.02	Outras Receitas	64	16
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	132	-20
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-260.767	-199.210
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-185.260	-140.601
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-65.776	-51.828
7.02.04	Outros	-9.731	-6.781
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-9.731	-6.781
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.447.207	1.214.471
7.04	Retenções	-119.579	-122.347
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-119.579	-122.347
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.327.628	1.092.124
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.522	41.605
7.06.02	Receitas Financeiras	26.522	41.605
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.354.150	1.133.729
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.354.150	1.133.729
7.08.01	Pessoal	48.636	43.536
7.08.01.01	Remuneração Direta	37.630	33.155
7.08.01.02	Benefícios	8.282	8.405
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.692	1.932
7.08.01.04	Outros	32	44
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	520.254	423.680
7.08.02.01	Federais	519.870	423.578
7.08.02.02	Estaduais	361	100
7.08.02.03	Municipais	23	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	65.478	84.271
7.08.03.01	Juros	64.834	83.852
7.08.03.02	Aluguéis	644	419
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	719.782	582.242
7.08.04.02	Dividendos	514.784	391.760
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	204.998	190.482

Comentário do Desempenho

Comentário do desempenho da AES Tietê e controladas

Em milhares de reais

	9M12	9M11	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.618.455	1.344.132	20,4%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(487.678)	(418.779)	16,5%
RESULTADO DO SERVIÇO	1.130.777	925.353	22,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(38.312)	(42.247)	-9,3%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	1.092.465	883.106	23,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(372.683)	(300.864)	23,9%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	719.782	582.242	23,6%

O lucro líquido para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 apresentou um aumento de R\$137.540 ou 23,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Aumento de R\$274.323 ou 20,4% da receita operacional líquida, devido ao maior volume vendido de energia através do contrato bilateral com a AES Eletropaulo (8.559 GWh nos 9M12 ante 8.045 GWh nos 9M11), somado ao reajuste no preço deste contrato ocorrido em julho de 2012 (preço médio praticado de R\$ 176,61/MWh nos 9M12 ante R\$ 164,86/MWh nos 9M11), além do maior volume de energia vendida no MRE e Spot (4.052 GWh nos 9M12 ante 2.727 GWh nos 9M11) resultando em um aumento de R\$93.872 nesta receita. Em contrapartida, a Companhia incorreu em maiores despesas com Pesquisa e Desenvolvimento, Pis e Cofins no montante total de R\$19.647, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.
- Aumento de R\$68.899 ou 16,5% dos custos e despesas operacionais principalmente relacionados:
 - (i) ao maior volume de energia comprada por contratos bilaterais (518 GWh nos 9M12 ante 471 GWh nos 9M11) e no MRE e Spot (1.753 GWh nos 9M12 ante 731 GWh nos 9M11), resultando em um aumento dos custos com energia comprada em R\$32.919 ou 52,5%;
 - (ii) às despesas com encargos do uso do sistema de transmissão e conexão, que tiveram aumento de R\$7.866 ou 10,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao reajuste de 1,8% na TUST-rb (Usina de Água Vermelha) e ao reajuste médio de 9,7% na TUSD-g (demais usinas da Companhia), conforme definido pela ANEEL;

Comentário do Desempenho

- (iii) às despesas com compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, que apresentaram aumento de R\$7.038 ou 15,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactadas pelo aumento do volume de energia gerada no período, além do reajuste de 6,6% da Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada em R\$ 72,87/MWh em janeiro de 2012;
 - (iv) às despesas com pessoal e administradores, que tiveram aumento de R\$6.269 ou 12,4%, principalmente devido ao acordo coletivo 2012-2013 (reajuste de 6,5%), incorrendo em maior despesa com salários e encargos incidentes;
 - (v) às despesas com serviços de terceiros, que tiveram aumento de R\$14.167 ou 29,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à realização da manutenção bianual das eclusas das usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava (aproximadamente R\$9.200), aos maiores gastos com consultoria para análises de viabilidade de expansão dos negócios da Companhia em R\$4.000, compensados parcialmente pela redução nos gastos com conservação de bordas e reflorestamento.
 - (vi) às outras receitas e custos, as quais apresentaram um aumento de despesa de R\$1.895, principalmente pelo efeito positivo e não recorrente nos 9M11 do ganho reconhecido de R\$4.468 no repasse das perdas de energia livre, após recálculo efetuado pela ANEEL, somado ao reconhecimento de perdas decorrentes da baixa de ativos ocorrida nos 9M12, no montante de R\$5.317 (evento não recorrente), aumento das despesas com seguros em R\$1.258, compensados parcialmente pelo ganho reconhecido na alienação da AES Minas no montante de R\$10.045.
- Impacto positivo relacionado ao aumento de R\$3.935 ou 9,3% do resultado financeiro, principalmente ocasionado:
- (i) pelas despesas financeiras, em que a Companhia incorreu em menores custos com empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$68.391 nos 9M12 ante R\$87.015 nos 9M11) devido à redução na taxa média do CDI, que passou de 11,76% a.a nos 9M11 para 8,90% a.a nos 9M12;
 - (ii) pelas variações monetárias e cambiais líquidas, principalmente nos encargos da TUSD-G, os quais a Companhia reconheceu até dezembro de 2011, quando quitou o acordo firmado entre geradoras, ANEEL e distribuidoras, gerando efeito positivo de R\$3.496 nos 9M12, compensados parcialmente;

Comentário do Desempenho

- (iii) pelas receitas financeiras, que apresentou redução da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$24.557 nos 9M12 ante R\$38.515 nos 9M11) devido ao menor saldo médio de aplicações financeiras (R\$371.501 no 9M12 ante R\$442.966 no 9M11) e redução da taxa média do CDI (de 11,76% a.a nos 9M11 para 8,90% a.a nos 9M12), além do efeito positivo e não recorrente ocorrido nos 9M11, quando registrou-se receita de R\$3.034 referente ao recebimento de crédito com o Banco Santos.
- Aumento nas despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do período no montante de R\$71.819 ou 23,9% devido ao resultado antes dos tributos atingido (23,7% maior que o mesmo período do ano anterior) ocasionado pelos fatores descritos nos itens anteriores.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A AES Tietê S.A. (Companhia ou Tietê), companhia de capital aberto, controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos), está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de 30 (trinta) anos.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de julho de 2012 foi aprovada a mudança da sede social da Companhia do Município de São Paulo (Rua Lourenço Marques, 158) para o Município de Barueri, localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

A Companhia é controladora direta da AES Rio PCH Ltda. (AES Rio) e foi controladora direta da AES Minas PCH Ltda. (AES Minas) até a data de 31 de agosto de 2012, quando vendeu 100% das quotas para a CEI – Energética Integrada LTDA, conforme detalhamento na nota explicativa nº 10.

A Companhia está vendendo para a coligada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo) 1.268 MW médios ou quase a totalidade de sua garantia física. O contrato firmado com a Eletropaulo tem sua vigência até 31 de dezembro de 2015 e determina a atualização anual do preço de venda da energia pela variação do IGPM (vide nota explicativa nº 23).

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Usina	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW (*)	Garantia física MW (*)
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
Limoeiro	1958	2	32	15
Caconde	1966	2	80	33
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Ibitinga	1969	3	132	74
Barra Bonita	1964	4	141	45
Bariri	1969	3	143	66
Promissão	1977	3	264	104
Nova Avanhandava	1985	3	347	139
Água Vermelha	1979	6	1.396	746
São Joaquim	2011	1	3	1
São José	2012	2	4	2
Total		35	2.658	1.278

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento). Esses esforços foram realizados por meio de 2 (dois) grandes projetos termelétricos.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão acima referida inviável. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, tais como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram a continuidade desses projetos.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011 a Companhia foi citada na ação e cientificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011 a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir dessa data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A Companhia apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que há a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar

Notas Explicativas

outrora concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela Companhia em outubro de 2011.

Em 19 de março de 2012 o recurso apresentado foi julgado em desfavor da Companhia, determinando a apresentação do plano para atendimento da expansão de capacidade.

Em 26 de abril de 2012, a Companhia apresentou seu Plano de Expansão de Capacidade ao juízo de 1ª instância, que consiste no Projeto “Termo São Paulo”, para a implantação de uma termoeétrica a gás natural, com capacidade de geração de aproximadamente 550 MW (*).

Em 12 de setembro de 2012, foi proferida decisão em 1ª instância determinando que o Estado de São Paulo se manifeste sobre o Plano de Expansão de Capacidade da Companhia.

Por fim, é importante destacar que eventual atraso no cumprimento da obrigação de expansão, após a definição de seu prazo pelo juízo, poderá resultar em multa a ser solicitada pelo Governo do Estado, portanto, não há ainda a certeza que o Estado terá seu pedido atendido pelo Poder Judiciário. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é tida como possível.

Novos projetos vinculados à obrigação de expansão

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia estuda a viabilidade de implantar uma termoeétrica a gás natural, com capacidade instalada de aproximadamente de 550 MW (*).

O empreendimento, localizado no Município de Canas no Estado de São Paulo, teve sua Licença Prévia (LP) emitida no dia 20 de outubro de 2011 pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

Em 30 de novembro de 2011, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ajuizaram ação civil pública contra o Estado de São Paulo, a Companhia e a CETESB, questionando o procedimento de licenciamento ambiental e solicitando em pedido liminar a suspensão dos efeitos da licença prévia, o que foi concedido pelo Judiciário. Em 15 de abril de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a liminar que suspendia os efeitos da Licença Ambiental emitida pela CETESB. Aguarda-se a decisão definitiva do Tribunal sobre a liminar bem como a evolução do processo para produção de provas e posterior decisão judicial.

O projeto foi cadastrado com sucesso para participar dos próximos leilões de energia nova organizados pela EPE (A-3 e A-5 de 2012), mas devido à indisponibilidade de fornecimento de gás, a Companhia não poderá ofertar sua energia.

A Companhia segue com o processo de licenciamento ambiental desenvolvendo planos e programas para obtenção da Licença de Instalação e analisando alternativas para o fornecimento de gás e assinatura do Contrato de Venda de Energia.

Notas Explicativas

Além do projeto supracitado, a Companhia adquiriu, em 27 de março de 2012, a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade de 579 MW^(*), a ser instalada no município de Araraquara, SP. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da Companhia. Caso os dois projetos sejam executados simultaneamente, a Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos.

Adicionalmente, contribuirão, também, para o cumprimento de tal obrigação, os projetos de 7 MW^(*) de geração hidrelétrica nas PCHs de São Joaquim e São José, além dos 10 MW^(*) de co-geração de biomassa contratados por quinze anos que teve seu início de suprimento em 2010.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração do Formulário de Informações Trimestrais - ITR em 29 de outubro de 2012.

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais - ITR (“informações contábeis” ou “informações contábeis intermediárias”) da Companhia, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, compreendem:

- a) as informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão identificadas como “Consolidado”.
- b) as informações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

Notas Explicativas

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu valor atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição em janeiro de 2009.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente no Brasil. Desta forma, essas informações contábeis individuais não estão de acordo para as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e seguros, não foram revisados pelos auditores independentes.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira, reconhecidos pelo seu valor justo, são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

Notas Explicativas

2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as seguintes controladas:

Descrição	Atividade	Participação	
		30.09.2012	31.12.2011
Controladas diretas:			
AES Minas PCH Ltda. ("Minas PCH")	Geração	0%	100%
AES Rio PCH Ltda. ("Rio PCH")	Geração	100%	100%

Todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. As principais eliminações são:

- Saldo das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e no lucro líquido (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os saldos de resultado da AES Minas estão reconhecidos no resultado consolidado da Companhia até a data de 31 de agosto de 2012, quando seu investimento foi baixado, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.

Nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidados está sendo demonstrada a saída do caixa da AES Minas em cada atividade, visto que o investimento foi baixado em 31 de agosto de 2012. Desta forma, os sinais estão invertidos em relação ao seu fluxo de caixa original.

Para as notas explicativas que contêm movimentação, os saldos baixados da AES Minas estão registrados em linha específica.

Considerando a irrelevância da participação de não-controladores, não foram apresentadas as informações relativas às participações dos acionistas não controladores.

Notas Explicativas

3. Sumário das práticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas práticas, julgamentos e estimativas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.21 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	296	391	306	442
Operações compromissadas (I)	-	15.164	-	15.164
CDB-DI (I)	-	28.914	-	28.914
	296	44.469	306	44.520
Investimentos de curto prazo				
Operações compromissadas (I)	139.011	135.095	139.087	136.754
Certificado de depósitos bancários - CDB (I)	147.413	136.640	147.413	137.071
Fundos de investimentos (II)	105.604	123.595	105.604	123.595
	392.028	395.330	392.104	397.420
	392.324	439.799	392.410	441.940

(I) O saldo de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2012 está representado, principalmente, por operações de CDB e Operações Compromissadas (*) com liquidez diária e com rentabilidade média no período de 102,71% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2011 as aplicações tinham a mesma natureza e foram remuneradas nesse exercício em média a 102,49% do CDI.

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco e de revenda pela Companhia, com taxas definidas, prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

(II) Trata-se de um fundo de investimento administrado por instituição financeira de primeira linha, destinado exclusivamente a receber recursos da Companhia e cujo objetivo é o de buscar rentabilidade compatível com investimentos tradicionais de renda fixa, mediante aplicação de, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido em ativos relacionados diretamente com taxa de juros doméstica ou índices de preço. Em 30 de setembro de 2012, os ativos desse plano eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

5. Consumidores e revendedores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Contratos bilaterais	7.618	6.649	7.618	7.251
MRE e Spot	15.625	12.430	15.625	12.431
Energia livre (*)	13.075	13.371	13.075	13.371
Total	36.318	32.450	36.318	33.053

(*) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento.

A Companhia apurou e contabilizou novos saldos a receber e a pagar, com base na emissão dos despachos ANEEL nº 2.517/10, 1.068/11 e 1.469/11. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possui saldo a pagar de R\$948 e a receber de R\$13.075.

Os recebimentos e pagamentos referentes a energia livre estão condicionados à decisão do mandado de segurança impetrado pela ABRADÉE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e Spot) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia no curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A Companhia não requer garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber acerca da energia livre. As garantias são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela CCEE e ANEEL, respectivamente.

Notas Explicativas

6. Tributos e contribuições sociais diferidos

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos:

	Balanco Patrimonial		Resultado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	30.09.2011
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.649	2.314	(665)	(284)
Provisão para contingências fiscais	1.545	1.479	66	70
Provisão para contingências trabalhistas	1.852	1.723	129	(433)
Provisão para contingências cíveis	9.198	8.651	547	1.218
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	3.063	3.441	(378)	1.892
Provisões de meio ambiente	1.450	1.444	6	6
Ativo imobilizado - custo atribuído - CPC 27	(590.108)	(617.516)	27.408	29.234
Ativo intangível - uso do bem público	(15.781)	(16.464)	683	683
Outras	(6.086)	(4.510)	(1.575)	(3.936)
Subtotal	(593.218)	(619.438)	26.221	28.450
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 9	-	-	(7.761)	(8.139)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos			18.460	20.311
Tributos diferidos ativos	24.847	25.352		
Tributos diferidos passivos	(618.065)	(644.790)		
Passivo fiscal diferido líquido	(593.218)	(619.438)		
Reconciliação do passivo fiscal diferido, líquido				
	30.09.2012	31.12.2011		
Saldo de abertura	(619.438)	(655.345)		
Efeito dos tributos diferidos no resultado do período	26.221	35.907		
Saldo final	(593.218)	(619.438)		

6.2 Estimativa de recuperação de créditos

De acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia elaborou em 31 de dezembro de 2011 estudo técnico demonstrando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais deverão ser suficientes para garantir a realização dos tributos diferidos ativos. Esse estudo técnico foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de dezembro de 2011. A análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente com base no estudo submetido à aprovação pelos órgãos de Administração da Companhia, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico e durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. Adicionalmente, a Administração não identificou nenhum evento

Notas Explicativas

que pudesse impactar a realização dos respectivos créditos, assim sendo nenhuma perda é esperada.

O regime de apuração do imposto de renda e da contribuição social das controladas é o do lucro presumido, não gerando, portanto, diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, que são a base para o registro de impostos diferidos ativos ou passivos.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Controladora		
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Tributos a recuperar (*)	Total
2012	4.729	2.577	7.306
2013	4.035	9.917	13.952
2014	572	9.276	9.848
2015	2.665	8.635	11.300
2016	9.020	7.990	17.010
2017 a 2019	1.809	20.647	22.456
2020 a 2022	2.017	16.365	18.382
2023 a 2025	-	12.967	12.967
2026 a 2028	-	10.270	10.270
2029	-	3.006	3.006
Total	24.847	101.650	126.497

(*) A estimativa de realização de tributos a recuperar registrados no ativo não circulante foi definida através de Ofício ANEEL – Maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário estão descritos na nota explicativa nº 9.

6.3 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado			
	30.09.2012		30.09.2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:				
Corrente	(287.446)	(103.697)	(236.075)	(85.100)
Diferido	13.516	4.944	14.878	5.433
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(273.930)	(98.753)	(221.197)	(79.667)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	1.092.465	1.092.465	883.106	883.106
Adições (exclusões):				
Doações	1.118	1.118	772	772
Outros	3.422	3.678	910	1.316
Subtotal	4.540	4.796	1.682	2.088
Base de cálculo	1.097.005	1.097.261	884.788	885.194
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Tributos	(274.251)	(98.753)	(221.197)	(79.667)
Incentivos Fiscais	303	-	-	-
Outros	18	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(273.930)	(98.753)	(221.197)	(79.667)
Alíquota efetiva	25,1%	9,0%	25,0%	9,0%

Notas Explicativas

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição (“RTT”), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC’s), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

7. Tributos e contribuições sociais

7.1 Tributos e contribuições sociais compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
<u>Imposto de renda e contribuição social a compensar</u>				
Imposto de renda a compensar	34.490	2.905	34.490	2.905
Contribuição social a compensar	19.924	104	19.924	104
Imposto de renda retido na fonte	7.755	15.438	7.766	15.546
Total	62.169	18.447	62.180	18.555
<u>Outros tributos a compensar</u>				
PIS a compensar	238	2.194	238	2.194
Cofins a compensar	1.096	1.095	1.096	1.095
Outros tributos a compensar	848	866	857	868
Total	2.182	4.155	2.191	4.157
Total circulante	64.351	22.602	64.371	22.712
<u>Outros tributos a compensar</u>				
ICMS a compensar	894	788	894	788
Total não circulante	894	788	894	788

Notas Explicativas

7.2 Tributos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>				
Imposto de renda a recolher	287.323	279.539	287.325	279.609
Contribuição social a recolher	103.629	93.848	103.631	93.882
Total	390.952	373.387	390.956	373.491
<u>Outros tributos a pagar</u>				
PIS a recolher	1.103	1.219	1.103	1.223
Cofins a recolher	5.091	5.626	5.091	5.642
Outros tributos a recolher	4.123	4.319	4.123	4.343
Total	10.317	11.164	10.317	11.208
Total circulante	401.269	384.551	401.273	384.699

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimento por base em estimativa mensal com o ajuste anual em dezembro de cada ano calendário. Os valores de imposto de renda e contribuição social a recolher por estimativa e ajuste anual devem ser recolhidos no último dia útil do mês subsequente ao período de apuração e poderão ser deduzidos de impostos retidos na fonte de mesma natureza dentro do mesmo ano calendário.

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
<u>Circulante</u>				
Cauções e depósitos vinculados	526	2.554	1.452	3.451
Alienação de bens e direitos	659	5.981	659	5.981
Adiantamento de juros sobre debêntures	16.771	-	16.771	-
Outros	294	440	294	440
Total	18.250	8.975	19.176	9.872
<u>Não Circulante</u>				
Banco Santos	14.386	14.386	14.386	14.386
Outros	-	-	-	190
Total	14.386	14.386	14.386	14.576

O saldo referente ao Banco Santos está 100% provisionado.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia ofereceu como garantia para a CCEE parte de seus investimentos no montante de R\$526. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica.

Notas Explicativas

9. Tributos a recuperar (não-circulante)

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda. e da AES Tietê Participações S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos estavam assim representados:

	Controladora e Consolidado			
	30.09.2012			31.12.2011
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<u>AES Gás Ltda.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	808.303	(541.563)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(534.279)	357.261	(177.018)	(170.170)
Subtotal	274.024	(184.302)	89.722	96.570
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>				
Ágio gerado pela TP na aquisição da participação da Tietê	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(47.337)	31.242	(16.095)	(15.182)
Subtotal	35.083	(23.155)	11.928	12.841
Saldos em cada data-base (*)	309.107	(207.457)	101.650	109.411

(*) A estimativa de realização está demonstrada na nota explicativa nº 6.2.

Os ágios e as correspondentes provisões vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Segue abaixo a movimentação dos tributos a recuperar:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2011	109.411
Amortização de ágio	(23.600)
Reversão	15.839
Saldo em 30 de setembro de 2012	101.650

Notas Explicativas

10. Investimentos

	Controladora	
	30.09.2012	31.12.2011
Investimento em controladas:		
AES Minas PCH Ltda.	-	12.321
AES Rio PCH Ltda.	1.571	1.670
Adiantamento para futuro aumento de capital:		
AES Rio PCH Ltda.	2.327	2.327
Total	3.898	16.318

O investimento em controladas é atualmente representado pela participação na AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), que foi constituída para construir e operar o projeto Piabanha (três pequenas centrais hidrelétricas localizadas no Estado do Rio de Janeiro: Posse, Monte Alegre e São Sebastião). A Companhia deteve participação na AES Minas PCH Ltda. (AES Minas) até 31 de agosto de 2012, quando vendeu as quotas para a CEI, conforme operação detalhada abaixo.

AES Minas

	30.09.2012	31.12.2011
Quantidade de quotas do capital social	-	8.573.000
Percentual de participação	0%	100%
Valor do capital social	-	8.573
Valor do patrimônio líquido	-	12.321
Resultado do período	1.960 (*)	3.748
Dividendos declarados	(4.031)	(5.629)

(*) Resultado reconhecido até 31 de agosto de 2012.

Em 26 de agosto de 2012, a AES Minas PCH aprovou a declaração de dividendos à Companhia no montante de R\$4.031, os quais foram pagos em setembro de 2012.

Venda da controlada AES Minas PCH

Em 26 de abril de 2012, a Companhia, como vendedora, e a AES Minas PCH, na qualidade de interveniente anuente, firmaram contrato tendo por objeto a venda para a CEI – Energética Integrada LTDA., de 100% das quotas da AES Minas PCH. Em 31 de agosto de 2012, após o implemento das condicionantes previstas no contrato, entre elas a anuência prévia da ANEEL concedida por meio da resolução autorizativa nº 3.624, a venda foi concluída com o pagamento pela CEI à Companhia no valor de R\$ 20.295.

Notas Explicativas

Com a receita reconhecida da venda da participação de R\$20.295, deduzindo-se a baixa do investimento (registrada até 31 de agosto de 2012) de R\$10.250, o resultado da Companhia foi impactado positivamente em R\$10.045 (vide nota explicativa nº 21) no trimestre findo em 30 de setembro de 2012, sem considerar os efeitos tributários.

AES Rio

	30.09.2012	31.12.2011
Quantidade de quotas do capital social	24.267.465	24.267.465
Percentual de participação	100%	100%
Valor do capital social	24.267	24.267
Valor do patrimônio líquido	1.571	1.670
Resultado do período	(99)	(598)

O projeto de Piabanha consistia na construção de três PCHs localizadas no Estado do Rio de Janeiro por meio da subsidiária AES Rio PCH Ltda. A capacidade instalada total desses projetos era de 52 MW^(*).

Após realizar uma criteriosa reavaliação de todos os aspectos do projeto através de análises de viabilidade e estudos de sensibilidade aos riscos envolvidos na execução do projeto, foi constatada a baixa probabilidade de retorno do referido projeto. Conseqüentemente, foi constituída uma provisão para a redução ao provável valor de realização do total dos ativos intangíveis (licenças, despesas legais, depósitos judiciais e outros) associados ao projeto em 2009. Os valores remanescentes no ativo imobilizado da Companhia referem-se ao valor contábil das terras onde seriam construídas as PCHs, os quais estão registrados ao seu provável valor de realização.

As autorizações das três PCHs já foram revogadas pela ANEEL e a Companhia vem estudando medidas a serem tomadas considerando as opções de mercado existentes no momento.

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

11. Imobilizado e intangível

11.1 Imobilizado

11.1.1 A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora e Consolidado				
30.09.2012				31.12.2011
Taxas médias anuais de depreciação (%) (*)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Controladora:				
	407.783	-	407.783	407.783
Terrenos				
Reservatórios, barragens e adutoras	2.887.897	(1.372.825)	1.515.072	1.626.984
Edificações, obras civis e benfeitorias	647.992	(396.007)	251.985	183.752
Máquinas e equipamentos	1.241.820	(454.838)	786.982	705.791
Veículos	8.565	(4.415)	4.150	898
Linhas e redes - Equip. de Informática	703	(280)	423	392
Móveis e utensílios e outros	4.377	(2.352)	2.025	8.565
Imobilizado em serviço	5.199.137	(2.230.717)	2.968.420	2.934.165
Imobilizado em curso (I)	130.056	-	130.056	210.898
Obrigações especiais	(4.781)	-	(4.781)	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	2.099	2.099
Total Imobilizado – Controladora	5.326.511	(2.230.717)	3.095.794	3.142.381
AES Minas PCH Ltda.:				
Imobilizado em serviço	-	-	-	9.066
Imobilizado em curso	-	-	-	1.132
Total Imobilizado – AES Minas	-	-	-	10.198
AES Rio PCH Ltda.:				
Imobilizado em curso (terrenos)	3.000	-	3.000	3.000
Total Imobilizado – AES Rio	3.000	-	3.000	3.000
Total Consolidado	5.329.511	(2.230.717)	3.098.794	3.155.579
Resumo Consolidado:				
Imobilizado em serviço	5.199.137	(2.230.717)	2.968.420	2.943.231
Imobilizado em curso (I)	133.056	-	133.056	215.030
Obrigações especiais	(4.781)	-	(4.781)	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	2.099	2.099
Total Imobilizado	5.329.511	(2.230.717)	3.098.794	3.155.579

(I) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com desenvolvimento de novos projetos de expansão da capacidade de geração e por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(*) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o período.

Notas Explicativas

11.1.2 Movimentação do Ativo Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 é como segue:

Costo	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Linhas e redes, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Total controladora	Total controladas	Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	407.783	3.010.365	508.934	1.095.335	4.697	21.373	210.898	(2.682)	5.256.703	15.164	5.271.867
Adições	-	-	-	-	-	135	76.529	-	76.664	-	76.664
Baixas	-	(22)	(180)	(1.037)	-	(1.427)	-	-	(2.666)	(80)	(2.746)
Transferências	-	(122.446)	139.238	147.522	3.868	(15.001)	(157.371)	-	(4.190)	-	(4.190)
Baixa dos ativos alienados da AES Minas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.084)	(12.084)
Saldo em 30 de setembro de 2012	407.783	2.887.897	647.992	1.241.820	8.565	5.080	130.056	(2.682)	5.326.511	3.000	5.329.511

Depreciação e amortização	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Linhas e redes, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Total controladora	Total controladas	Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(1.383.881)	(325.182)	(389.544)	(3.799)	(12.416)	-	-	(2.114.322)	(1.966)	(2.116.288)
Adições	-	(71.717)	(9.186)	(36.719)	(485)	(877)	-	-	(118.984)	(241)	(119.225)
Baixas	-	21	148	1.012	1.408	1.408	-	-	2.589	-	2.589
Transferências	-	82.252	(61.787)	(29.587)	(131)	9.253	-	-	-	-	-
Baixa dos ativos alienados da AES Minas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.207	2.207
Saldo em 30 de setembro de 2012	-	(1.372.825)	(396.007)	(454.838)	(4.415)	(2.632)	-	-	(2.230.717)	-	(2.230.717)

A ANEEL, em 07 de fevereiro de 2012, aprovou a Resolução Normativa nº 474, que alterou as taxas anuais de depreciação de alguns ativos em serviço em relação à Resolução ANEEL nº 367 (esta última vigente em 31 de dezembro de 2011). As alterações nas taxas são prospectivas e têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2012. Essa alteração reduziu a despesa de depreciação no período de nove meses de 2012 em aproximadamente R\$180 na controladora e R\$220 no consolidado.

Notas Explicativas

11.1.3 Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Os bens vinculados à concessão representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da controladora, com exceção dos arrendamentos financeiros, sendo o montante total de bens vinculados à concessão na data-base de 30 de setembro de 2012 equivalente a R\$3.095.371 (R\$3.141.989 em 31 de dezembro de 2011). O prazo da concessão, conforme descrito na nota explicativa nº 1, é de trinta anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 20 de dezembro de 1999.

11.1.4 Obrigações especiais (valor originário da cisão da CESP)

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

11.1.5 Obrigação de expansão

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia tinha a obrigação de expandir a capacidade instalada em 15% até 31 de dezembro de 2007, o que não foi possível devido a alterações significativas nas premissas originais.

11.1.6 Características do contrato de concessão

Em 20 de dezembro de 1999 foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL irá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

Notas Explicativas

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica será comercializada pela Concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observada as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica. Conforme descrito na nota explicativa nº 1, quase a totalidade da garantia física da Companhia está negociada através de contrato bilateral com a coligada Eletropaulo.

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato, do Edital de Privatização, da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos, à manutenção das operações, dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado, bem como observar as regulamentações setoriais e a legislação vigente aplicáveis à Companhia.

Conforme descrito na nota explicativa nº 11.2, o contrato de concessão estabeleceu o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) no período de 5 anos, em parcelas mensais, atualizados pelo IGP-M. Esse encargo foi pago no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004.

Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11 do Contrato de Concessão nº 92/99 (“Contrato”), assinado pela Tietê e ANEEL em 20 de dezembro de 1999, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos Aproveitamentos Hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia não efetuou nenhum pagamento referente a taxas ou encargos relacionados à concessão.

Considerando que as condições estabelecidas pela ICPC 01 Contratos de Concessão não foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu Contrato de Concessão está fora do escopo da ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão registrados sob a rubrica do ativo imobilizado.

Notas Explicativas

11.1.7 Medida Provisória 579 e Decreto Lei nº 7.805

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais, publicou a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação as suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Para as concessionárias de geração, as principais condições referem-se à mudança para um regime tarifário, com revisões periódicas e quando da renovação haverá indenização dos ativos residuais pelo valor novo de reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador. A remuneração dos geradores pela operação e manutenção, deverá ser definida em normatização específica que se espera ser divulgada no início de novembro 2012, sendo que o risco hidrológico passa a ser assumido pelas distribuidoras, proporcionalmente às cotas de energia.

Conforme noticiado pelo Governo, essa medida deverá reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- (i) Eliminação dos encargos setoriais RGR e CCC e redução da CDE, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7%; e
- (ii) Definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

Considerando que a concessão da Companhia expira apenas em 2029, as regras introduzidas pela MP 579 não se aplicam à Companhia neste momento.

Esta Medida Provisória encontra-se em análise no Congresso Nacional e é passível de alterações no momento em que for convertida em Lei. A Administração da Companhia manterá a divulgação nas suas demonstrações financeiras futuras, dos eventuais efeitos que sejam relevantes, na medida em que sejam divulgadas informações adicionais pelos agentes públicos.

Notas Explicativas

11.2 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Intangível:				
<u>Ativo intangível - uso do bem público</u>				
Custo	73.174	73.174	73.174	73.174
Amortização	(26.759)	(24.751)	(26.759)	(24.751)
Total do ativo intangível - uso do bem público	46.415	48.423	46.415	48.423
<u>Outros intangíveis</u>				
Custo	9.391	5.327	9.391	5.396
Amortização	(4.258)	(4.039)	(4.258)	(4.079)
Total dos outros intangíveis	5.133	1.288	5.133	1.317
Total intangível	51.548	49.711	51.548	49.740

A movimentação do Intangível é como segue:

	Controladora			Controladas	Consolidado
	Uso do Bem Público	Outros	Total	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2011	48.423	1.288	49.711	29	49.740
Amortização	(2.008)	(345)	(2.353)	(9)	(2.362)
Adição	-	4.190	4.190	-	4.190
Baixa dos ativos alienados da AES Minas	-	-	-	(20)	(20)
Saldo em 30 de setembro 2012	46.415	5.133	51.548	-	51.548

O uso do bem público (UBP) refere-se ao pagamento efetuado em bases mensais, no período de 2000 a 2004, conforme disposto na cláusula quinta do contrato de concessão da Companhia. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

12. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Circulante:				
Energia de curto prazo e energia livre	13.224	7.146	13.224	7.169
Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	8.394	8.014	8.394	8.019
Encargos de uso das demais instalações de transmissão - TUSDG	3.479	3.334	3.479	3.334
Materiais e serviços	34.592	48.502	34.730	48.792
Total	59.689	66.996	59.827	67.314

Notas Explicativas

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis está composto da seguinte forma:

13.1 Composição:

	Controladora	
	30.09.2012	31.12.2011
ENCARGOS DE DÍVIDAS		
Moeda nacional	41.618	26.722
Total	41.618	26.722
PRINCIPAL - CIRCULANTE		
Moeda nacional	300.221	220
Custos a amortizar	(1.106)	(1.224)
Total	299.115	(1.004)
PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE		
Moeda nacional	600.279	900.236
Custos a amortizar	(989)	(1.781)
Total	599.290	898.455
Total geral	940.023	924.173

13.2 Moeda nacional:

Vencimento	Taxa Efetiva (% a.a.)	30.09.2012					
		Dívida			Custo de transação a Amortizar		
		Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37% a.a.	41.618	299.970	600.030	(1.106)	(989)
Arrendamento mercantil (b)		8,88% a 13,90%	-	251	249	-	-
Total			41.618	300.221	600.279	(1.106)	(989)

Vencimento	Taxa Efetiva (% a.a.)	31.12.2011					
		Dívida			Custo de transação a Amortizar		
		Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37% a.a.	26.722	-	900.000	(1.224)	(1.781)
Arrendamento mercantil (b)		12,14% a 13,90%	-	220	236	-	-
Total			26.722	220	900.236	(1.224)	(1.781)

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, através do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

- (a) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, foi aprovada a Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie subordinada.

Notas Explicativas

Foram emitidas 90.000 debêntures ao valor unitário de R\$10, totalizando uma emissão de R\$900.000 com prazo de vencimento em 60 meses, contados a partir de 01 de abril de 2010 (data de emissão). O principal será amortizado em 3 parcelas anuais, iguais e consecutivas a partir do 3º ano. A remuneração é equivalente a taxa efetiva DI + 1,37% a.a.(taxa contratual de DI +1.20% a.a.) e é paga semestralmente.

Os custos de transação destas debêntures não conversíveis foram de R\$4.797. Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo de dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A, a qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

As debêntures não conversíveis têm cláusulas restritivas (*Covenants*), as quais foram integralmente cumpridas até 30 de setembro de 2012. As cláusulas restritivas são relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA da Companhia.

As debêntures não conversíveis emitidas são subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

- (b) Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que impõem restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 30 de setembro de 2012, registrado pela Companhia era de R\$500 no passivo, e R\$423 no ativo. Esse arrendamento mercantil deverá ser liquidado da seguinte forma: R\$251 até um ano e R\$249 até quatro anos, não havendo pagamento acima de 4 anos.

13.3 Distribuição por data de vencimento

Em 30 de setembro de 2012, as parcelas não circulantes relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos têm os seguintes vencimentos:

	Principal	Custo a amortizar	Total
2013	165	(220)	(55)
2014	300.032	(609)	299.423
2015	300.082	(160)	299.922
	600.279	(989)	599.290

Notas Explicativas

13.4 Movimentação da dívida

A movimentação da dívida é como segue:

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingressos	Encargos	Amortização / pagamentos	Saldo final
Instituições financeiras/credores	31.12.2011				30.09.2012
Arrendamento Mercantil	456	135	105	(196)	500
Total	456	135	105	(196)	500
Debêntures - 1ª Emissão - Principal	900.000	-	-	-	900.000
Debêntures - 1ª Emissão - Encargos	26.722	-	67.376	(52.480)	41.618
Debêntures - 1ª Emissão - Custo a amortizar	(3.005)	-	-	910	(2.095)
Total	923.717	-	67.376	(51.570)	939.523
	924.173	135	67.481	(51.766)	940.023

14. Obrigações estimadas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Férias	5.529	5.287	5.529	5.319
13º Salário	2.081	-	2.081	-
Encargos sociais sobre férias e 13º Salário	2.882	1.789	2.882	1.802
Participação nos lucros	4.850	6.806	4.850	6.806
Bônus	1.788	1.828	1.788	1.828
Total Circulante	17.130	15.710	17.130	15.755
Assistência saúde pós-emprego	474	442	474	442
Bônus	173	143	173	143
Total Não Circulante	647	585	647	585

O passivo não circulante de R\$474 em 30 de setembro de 2012 é o passivo atuarial referente à Lei 9.656/98, artigos nº 30 e nº 31, benefício a empregado que abrange assistência médica pós emprego, oferecido à funcionários desligados ou aposentados.

A avaliação atuarial foi realizada na data-base em 31 de dezembro de 2011 e efetuada com o auxílio de uma empresa terceirizada e especializada em cálculos atuariais. Mensalmente, são apurados no resultado do período, os valores referentes ao custo do serviço e juros do passivo atuarial.

Notas Explicativas

15. Obrigação com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para as parcelas de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais *déficits* / (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/2009.

As contribuições, os custos e o passivo atuarial, quando aplicáveis, são determinados anualmente, com base em avaliações realizadas por atuários independentes, sendo as últimas efetuadas em 31 de dezembro de 2011.

De acordo com a última avaliação atuarial, há um saldo líquido de ativo atuarial em 31 de dezembro de 2011. De acordo com Deliberação CVM nº 600/09, que aprovou a CPC 33 Benefícios a empregados, em seu item 59, um ativo atuarial somente deve ser registrado quando for claramente evidenciado que a patrocinadora controla aquele ativo e poderá utilizá-lo para reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou obter reembolso no futuro. Desta forma, não existem ativos e passivos atuariais reconhecidos em 30 de setembro de 2012.

Notas Explicativas

16. Provisão para pesquisas e desenvolvimento

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011
<u>Circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	11.244	9.281
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	1.451	1.446
Ministério das Minas e Energia	346	372
Total - circulante	13.041	11.099
<u>Não circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	1.798	10.456
Total - não circulante	1.798	10.456

A movimentação das provisões no período é como segue:

	Pesquisa e Desenvolvimento	Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	Ministério das Minas e Energia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	19.737	1.446	372	21.555
Adições	6.458	6.458	3.227	16.143
Atualização monetária	959	-	-	959
Pagamentos/Aplicações	(14.112)	(6.453)	(3.253)	(23.818)
Saldo em 30 de setembro de 2012	13.042	1.451	346	14.839

17. Provisões para litígios e contingências

17.1 Provisões para litígios e contingências com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para litígios e contingências estão compostas da seguinte forma:

	Controladora			
	Provisões para litígios e contingências		Cauções e depósitos vinculados (*)	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Trabalhista (a)	5.448	5.069	1.433	1.292
Pis/Cofins (b)	54.201	52.740	50.773	63.926
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	10.731	8.698	-	-
Provisão meio ambiente (d)	4.266	4.248	-	-
Cível Despacho 288 (e)	25.572	24.138	-	-
Cível (e)	1.480	1.306	-	-
Imposto de renda (f)	4.649	4.507	2.392	1.435
Total	106.347	100.706	54.598	66.653
Total circulante	54.504	53.584	-	-
Total não-circulante	51.843	47.122	54.598	66.653

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Provisões para litígios e contingências		Cauções e depósitos vinculados (*)	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Trabalhista (a)	5.448	5.204	1.433	1.472
Pis/Cofins (b)	54.201	52.740	50.773	63.926
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	10.731	8.698	-	-
Provisão meio ambiente (d)	4.266	4.248	-	-
Cível Despacho 288 (e)	25.572	24.138	-	-
Cível (e)	1.480	1.306	-	-
Imposto de renda (f)	4.649	4.507	2.392	1.435
Total	106.347	100.841	54.598	66.833
Total circulante	54.504	53.719	-	-
Total não-circulante	51.843	47.122	54.598	66.833

(*) Cauções e depósitos vinculados estão contabilizados no ativo não circulante.

A movimentação do saldo de litígios e contingências é como segue:

	Trabalhista	Repasse Itaipú	Provisão Meio Ambiente	Cível Despacho 288	Cível	Tributárias	Total Controladora	Controladas - Trabalhistas	Total Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.069	8.698	4.248	24.138	1.306	57.247	100.706	135	100.841
Provisão	1.086	-	127	-	-	-	1.213	18	1.231
Atualização monetária / cambial	366	2.033	-	1.434	174	1.603	5.610	4	5.614
Reversão de provisão	(198)	-	(109)	-	-	-	(307)	-	(307)
Pagamentos	(875)	-	-	-	-	-	(875)	(157)	(1.032)
Saldo em 30 de setembro de 2012	5.448	10.731	4.266	25.572	1.480	58.850	106.347	-	106.347

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia. A Administração da Companhia está fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas acima.

- Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas pela Companhia pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do processo.
- A Companhia propôs medidas judiciais com o objetivo de questionar judicialmente: I) a constitucionalidade da alteração referente ao aumento da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS de 2% para 3%, instituída pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998; e II) o aumento da base de cálculo para fins de apuração do PIS e da COFINS. Sobre referidos processos, importante relatar:

Notas Explicativas

- b.1) A Companhia impetrou mandado de segurança através do qual busca a concessão de liminar e sentença concessiva de segurança para assegurar o direito líquido e certo de proceder ao recolhimento do PIS nos moldes previstos pela Lei Complementar 7/70 afastando-se a sistemática prevista na Lei nº 9.718/98, realizar depósito judicial dos valores em discussão e efetuar a compensação dos valores indevidamente pagos. Em junho de 2007, foi proferida decisão desfavorável ao Recurso Extraordinário que visava a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS, tal como realizado pela Lei nº 9.718/98. Nesta decisão, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) se declarou incompetente para apreciação do pedido de compensação de valores indevidamente pagos da exação, por não se tratar de matéria estritamente constitucional. Contudo, o STF, ainda que incompetente para a análise do mérito, reconheceu bons argumentos jurídicos sustentados pela Companhia. Em 20 de julho de 2007, referida decisão foi publicada. Em 25 de julho de 2007, em face da referida decisão, a Companhia interpôs Agravo Regimental.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia aguarda o julgamento do Agravo Regimental. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é remota, porém, em função deste processo ser referente a uma obrigação legal, a Administração da Companhia registrou provisão no montante de R\$1.978, atualizado até 30 de setembro de 2012 (R\$1.924 em 31 de dezembro de 2011), a qual possui depósito judicial.

- b.2) A Companhia impetrou mandado de segurança através do qual busca a concessão de liminar e sentença concessiva de segurança que assegure o direito líquido e certo de recolher a COFINS nos termos da Lei Complementar nº 70/91 afastando-se a sistemática prevista na Lei nº 9.718/98, realizar depósito judicial dos valores controversos (3% sobre a receita financeira e outras receitas, bem como a majoração de 1% sobre o faturamento) e ver suspensa a exigibilidade do crédito tributário dos valores em discussão. Com relação à discussão do aumento da alíquota das contribuições, a Companhia constituiu provisão por se tratar de obrigação legal. Em 05 de março de 2007 houve trânsito em julgado com relação ao mérito desfavorável à Companhia.

A partir disso, a Companhia passou a discutir diferenças no cálculo dos valores depositados, haja vista que, segundo cálculos da Companhia, os valores depositados superam o valor do débito. Em 23 de janeiro de 2009, foi publicada decisão intimando a Companhia a se manifestar sobre os cálculos apresentados pela União Federal, o que foi cumprido.

Notas Explicativas

A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, bem como considerando o trânsito em julgado da decisão, definiu que a probabilidade de reforma da decisão em desfavor da Companhia é remota, porém, em função deste processo ser referente a uma obrigação legal e que ainda permanece uma controvérsia em relação ao montante depositado, a Administração da Companhia mantém registrada uma provisão no montante de R\$52.223 (R\$50.816 em 31 de dezembro de 2011), no qual possui depósito judicial. No momento aguarda-se a conversão em renda do saldo para a União. A parcela da provisão correspondente à decisão do aumento da base de cálculo da COFINS, no valor de R\$11.425, foi revertida em setembro de 2007 e em 25 de maio de 2012 a Companhia registrou o resgate do depósito judicial referente a este mérito no montante de R\$14.842.

- c) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1º de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito ex nunc da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão em R\$10.731 (R\$8.698 em 31 de dezembro de 2011).
- d) A Companhia possui provisões relacionadas a meio ambiente conforme detalhadas abaixo:
- d.1) Existem 338 processos de ações cíveis públicas versando sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. O acionamento em face da Companhia se deu em razão de parte das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de Concessão da Companhia. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria através de indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de Concessão da Companhia para 276 demandas, já que as demais 62 ações tiveram julgamentos favoráveis à

Notas Explicativas

Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$1.673 (R\$1.655 em 31 de dezembro de 2011).

- d.2) Em 4 ações relacionadas à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância (julgamento conjunto) determinando que a AES Tietê efetive o reflorestamento de 100 metros de área de preservação permanente no Município de Mendonça – UHE Promissão. Os demais pedidos da ação foram julgados improcedentes, quais sejam (i) implantação de Unidade de Conservação; (ii) reparação das perdas econômicas supostamente sofridas pelo Município; (iii) compensação ambiental - recomposição de danos ambientais/socioeconômicos. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos, a análise de risco para esta decisão foi avaliada como de perda provável para a execução do reflorestamento dentro da área de Concessão da Companhia (aproximadamente 30 metros) e como possível para a área fora da responsabilidade da Companhia (aproximadamente 70 metros). A partir dessa avaliação de risco foi reconhecida provisão de R\$2.593 para a efetivação do reflorestamento ainda pendente no Município de Mendonça – UHE Promissão (aproximadamente 72 hectares). A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, registrou provisão para os valores das demandas acima referidas.
- e) A Administração da Companhia, com base nos pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. Dentre essas há um processo no qual a AES Sul questiona os termos do Despacho 288/2002 da ANEEL que regulamentou a operação de venda de energia efetuada pela AES Sul, podendo a sua respectiva recontabilização repercutir na Companhia, que para tanto tem provisionada a quantia de R\$25.572 (R\$24.138 em 31 de dezembro de 2011). Em 29 de junho de 2012 foi publicada sentença de mérito desfavorável à AES Sul em 1ª instância. Em 11 de julho de 2012, a AES Sul apresentou recurso contra tal decisão. No dia 12 de julho de 2012 foi concedida liminar para a AES Sul suspendendo os efeitos da sentença até o julgamento do seu recurso.
- f) Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada sobre as compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ relativos aos anos de 2001 e 2002, bem como quanto aos débitos de IRPJ de 2003 e 2004 e de CSLL de 2003, os quais não foram homologados pela Receita Federal. As razões da Receita Federal estão baseadas na incerteza quanto à existência dos créditos tributários compensados, pois, no entendimento da Receita Federal, a composição dos créditos tributários informados nos pedidos de compensação não corresponde às informações

Notas Explicativas

constantes dos documentos fiscais da Companhia (DIPJ). A soma dos créditos tributários envolvidos nos 5 (cinco) pedidos de compensação mencionados acima perfaz o valor de R\$118.054, atualizados até 30 de setembro de 2012 (R\$116.558 em 31 de dezembro de 2011). Atualmente, aguarda-se decisão dos recursos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Contudo, após análise dos assessores legais da Companhia, foi apurado que apenas o montante de R\$4.649, atualizado até 30 de setembro de 2012 (R\$4.507 em 31 de dezembro de 2011) representaria um risco efetivo para a Companhia, sendo suas chances de perda classificadas como prováveis.

17.2 Litígios e contingências com probabilidade de perda classificada como possível

A seguir apresentamos um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração da Companhia. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de seus valores serem irrelevantes. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da Contingência	Controladora	Controladora
	30.09.2012	31.12.2011
Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
Compensações de IRPJ e CSLL	113.405	112.051
Auto de infração - água	114.244	111.300

17.2.1 Recomposição de danos ambientais

Refere-se a 4 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação de seus reservatórios.

Em 01 ação relacionada à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância determinando que a AES Tietê (i) mantenha o programa de estocagem de peixes e (ii) cumpra as medidas para a proteção do meio ambiente equilibrado sugeridas pelo Perito Judicial. O risco de perda relacionado a essa ação permanece possível.

Notas Explicativas

As demais 3 ações em andamento, sem decisões desfavoráveis, todas com avaliação da probabilidade de risco de perda avaliada como possível, de forma geral, requerem que a Companhia realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

17.2.2 Compensações de IRPJ e CSLL

Conforme mencionado no item (f) da nota explicativa nº 17.1, há 5 despachos decisórios pela Receita Federal movidos contra a Companhia, não homologando compensações de tributos federais (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL).

A soma dos valores envolvidos em decorrência dos despachos acima perfaz em 30 de setembro de 2012 a quantia de R\$118.054. Com base na análise de seus assessores legais, a Companhia efetuou provisão no montante de R\$4.649 (atualizados até 30 de setembro de 2012), considerando a probabilidade de perda para a parcela não provisionada de R\$113.405 como possível.

17.2.3 Auto de infração - ágio

Em 24 de novembro de 2011 foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal visando a cobrança de R\$114.244 (atualizados até 30 de setembro de 2012), relativos ao IRPJ e CSLL supostamente devidos em razão da dedutibilidade do ágio registrado pela Companhia na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda.. Vale esclarecer que o ágio deduzido do resultado tributável da Companhia decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A., razão social anterior da Companhia, quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. No exclusivo entendimento da Receita Federal, o ágio registrado pela Companhia não poderia ter sido utilizado, pois a reestruturação societária acima mencionada teria tido a exclusiva finalidade de utilizar este benefício tributário. Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou recurso contra a mencionada autuação, o qual ainda aguarda julgamento. De acordo com os assessores legais da Companhia, as chances de perda são classificadas como possíveis.

Notas Explicativas

Cartas de fiança e caução

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía cartas de fiança para possíveis perdas contingentes e para compra de energia. As principais cartas de fiança da Companhia estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	3	3.477	1.4%
Compra de energia	8	24.374	0,75% a 1,0%
		27.851	

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social autorizado da Companhia é de R\$4.600.000, sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias (equivalente a 197.461.211 ações ordinárias) e R\$2.216.740 em ações preferenciais (equivalentes a 183.792.282 ações preferenciais). A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações correspondentes a cada espécie, respeitada a proporção de ações existentes. Na emissão de ações, dentro do limite autorizado será fixado: a) quantidade, espécie e classe de ações; b) preço de emissão; c) demais condições de subscrição e integralização em virtude da exigência da lei nº 6.404/76 e suas alterações.

De acordo com o parágrafo 6º do artigo 4º do Estatuto Social os acionistas que deixarem de realizar as integralizações nas condições fixadas ficarão de pleno direito constituído em mora e sujeito ao pagamento de juros de 1% a.m., correção monetária, segundo índice a ser definido pelo Conselho de Administração, e multa de 10%, calculado sobre os valores em atraso.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social integralizado da Companhia é de R\$207.227, o qual está representado por 381.253 mil ações, sendo 197.461 mil ações ordinárias e 183.792 mil ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais não são resgatáveis e não têm direito a voto, possuindo, entretanto: (i) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; (ii) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, com exceção da reserva especial de ágio que será objeto de capitalização em proveito do acionista controlador - nota

Notas Explicativas

explicativa nº 9 e item 18.2.1 a seguir, recebendo ações da mesma espécie; (iii) direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve emissão ou resgate de ações.

A seguir está apresentada a composição acionária em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Acionistas	30.09.2012		31.12.2011	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Companhia Brasileira de Energia	140.882.909	71,35	140.882.909	71,35
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	150.534	0,08	150.534	0,08
Outros	56.427.768	28,58	56.427.768	28,58
Total das ações	197.461.211	100,00	197.461.211	100,00

Acionistas	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
	Companhia Brasileira de Energia	59.447.093	32,34	59.447.091
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	30.107.688	16,38	30.107.688	16,38
Outros	94.237.501	51,27	94.237.503	51,27
Total das ações	183.792.282	100,00	183.792.282	100,00

18.2 Reservas

Composição dos saldos das reservas:	Controladora	
	30.09.2012	31.12.2011
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação (18.2.1)	232.547	232.547
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	17.613	17.613
Outras reservas de capital	2.204	2.204
Ações e opções de ações outorgadas (18.2.2)	1.411	1.213
Total	253.775	253.577
<u>Avaliação patrimonial:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial (18.2.3)	1.141.933	1.198.707
Total	1.141.933	1.198.707
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal (18.2.4)	41.445	41.445
Total	41.445	41.445
<u>Proposta de distribuição de dividendos adicionais</u>	-	253.120
Total	-	253.120

18.2.1 A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda., no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$206.929; e (ii) incorporação do ágio da coligada AES Tietê Participações S.A., no montante de R\$25.618, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28

Notas Explicativas

de setembro de 2007. De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, na medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor de sua controladora, a Brasileira, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia. A Companhia Brasileira de Energia incorporou a Tietê Empreendimentos S.A. e a AES Tietê Participações S.A.

18.2.2 É composta por outorga de opção de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia.

18.2.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 15 a 40, em 1º de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como “Tributos e contribuições sociais diferidos” no passivo não circulante, e serão realizados na medida em que a mais valia dos bens vinculados a ela seja depreciada/amortizada ou alienada.

18.2.4 Reserva Legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia atingiu o limite de 20% estabelecido pela legislação, não sendo necessário o registro de complemento a partir dessa data. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

18.3 Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Notas Explicativas

Em dezembro de 2011, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada proposta da Administração da Companhia para distribuição de dividendos complementares no montante de R\$253.120, correspondente a R\$0,63 por ação ordinária e R\$0,70 por ação preferencial. Este valor estava classificado no patrimônio líquido sob a rubrica “Proposta de distribuição de dividendos adicionais”. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2012 foi aprovada sua distribuição, sendo o pagamento realizado em 15 de maio de 2012. Adicionalmente, foi aprovada a data do pagamento dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2011, que também ocorreu em 15 de maio de 2012.

Em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 03 de maio de 2012, foi aprovada a declaração de dividendos intermediários relativos ao lucro apurado no 1º trimestre de 2012 no montante de R\$264.037, correspondente a R\$0,66 por ação ordinária e R\$0,73 por ação preferencial. Estes dividendos foram pagos em 25 de maio de 2012.

Em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 03 de agosto de 2012, foi aprovada a declaração de dividendos intermediários relativos ao lucro apurado no 2º trimestre de 2012 no montante de R\$250.747, correspondente a R\$0,63 por ação ordinária e R\$0,69 por ação preferencial. Estes dividendos foram pagos em 27 de agosto de 2012.

19. Lucro por ação

19.1 Aumento de capital com reserva especial de ágio

De acordo com o descrito na nota explicativa nº 18, a reserva especial de ágio na incorporação, poderá ser capitalizada em favor de sua controladora direta Brasileira, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 30 de setembro de 2012, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio não foram atendidas, em função de estarem pendentes de aprovação pela assembléia de acionistas, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso exercida pela controladora a emissão de 100% das ações em seu favor e nenhum acionista não controlador exercer seu direito de participar do aumento de capital, o percentual de não controladores reduziria de 47,45% para 46,07%.

Notas Explicativas

19.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

As ações preferenciais, conforme descrito na nota explicativa nº 18, têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico por ação para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011:

	01.07.2012 a 30.09.2012	01.01.2012 a 30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	01.01.2011 a 30.09.2011
Numerador:				
Lucro líquido do período	244.043	719.782	228.369	582.242
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias *	197.461	197.461	197.461	197.461
Média ponderada do número de ações preferenciais *	183.792	183.792	183.792	183.792
Remuneração das ações preferenciais - 10%	1,10	1,10	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	202.171	202.171	202.171	202.171
Denominador ajustado				
Denominador para lucro básico por ação	381.253	381.253	381.253	381.253
Denominador para lucro básico por ação ajustado	399.632	399.632	399.632	399.632
Lucro básico por ação				
Lucro básico por ação ordinária	0,6107	1,8011	0,5714	1,4569
Lucro básico por ação preferencial	0,6717	1,9812	0,6286	1,6026

(*) Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os períodos comparados.

Lucro atribuível aos acionistas:

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.07.2012 a 30.09.2012	120.583	123.460	244.043
01.01.2012 a 30.09.2012	355.649	364.133	719.782
01.07.2011 a 30.09.2011	112.839	115.530	228.369
01.01.2011 a 30.09.2011	287.690	294.552	582.242

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor da acionista controladora (nota explicativa nº 18.2.1) Companhia Brasileira de Energia, a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação em 30 de setembro de 2012 e 2011.

Notas Explicativas

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation, além de o valor ser considerado imaterial para fins de cálculo.

A tabela a seguir apresenta o lucro diluído por ação para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011:

	01.07.2012 a 30.09.2012	01.01.2012 a 30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	01.01.2011 a 30.09.2011
Numerador:				
Lucro líquido do período	244.043	719.782	228.369	582.242
Denominador com ações a serem subscritas com a reserva de ágio (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias **	204.017	204.017	204.017	204.017
Média ponderada do número de ações preferenciais **	188.709	188.709	188.709	188.709
Lucro diluído por ação				
Lucro diluído por ação ordinária	0,5929	1,7488	0,5548	1,4146
Lucro diluído por ação preferencial	0,6522	1,9236	0,6103	1,5561

(**) Considerando as ações a serem emitidas em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 30 de setembro de 2012.

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio:

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.07.2012 a 30.09.2012	120.965	123.078	244.043
01.01.2012 a 30.09.2012	356.776	363.006	719.782
01.07.2011 a 30.09.2011	113.196	115.173	228.369
01.01.2011 a 30.09.2011	288.601	293.641	582.242

Notas Explicativas

20. Suprimentos, compra e transporte de energia elétrica

	01.07.2012 a 30.09.2012		01.01.2012 a 30.09.2012		01.07.2011 a 30.09.2011		01.01.2011 a 30.09.2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Geração própria e outras:								
Contrato bilateral Eletropaulo (Nota nº 23)	2.887.197	526.538	8.558.910	1.511.601	3.010.625	521.576	8.044.514	1.326.243
Contratos bilaterais	116.261	17.085	397.137	54.731	136.890	14.080	315.424	38.491
MRE e Spot	960.191	27.239	4.050.614	137.180	451.452	7.763	2.723.749	43.316
Outras receitas	-	40	-	64	-	-	-	16
Receita operacional bruta – Controladora	3.963.649	570.902	13.006.661	1.703.576	3.598.967	543.419	11.083.687	1.408.066
P&D, FNDCT e EPE	-	(5.420)	-	(16.143)	-	(5.172)	-	(13.387)
PIS e Cofins	-	(23.308)	-	(72.917)	-	(21.057)	-	(55.976)
ICMS	-	(171)	-	(171)	-	-	-	-
Receita operacional líquida – Controladora	3.963.649	542.003	13.006.661	1.614.345	3.598.967	517.190	11.083.687	1.338.703
AES Minas PCH Ltda.:								
Contrato bilateral	6.767	1.122	23.642	4.191	8.526	1.507	31.034	5.568
PIS e Cofins	-	(42)	-	(156)	-	(55)	-	(206)
MRE e Spot	43	9	1.810	75	819	(18)	3.617	67
Receita operacional líquida – Consolidado	3.970.459	543.092	13.032.113	1.618.455	3.608.312	518.624	11.118.338	1.344.132
Energia elétrica comprada e encargos:								
Contratos bilaterais	186.404	(29.511)	517.655	(73.296)	217.061	(25.487)	471.193	(56.477)
MRE e Spot	470.925	(12.070)	1.749.339	(27.517)	275.072	(3.335)	717.111	(10.031)
Encargos de transmissão	-	(26.420)	-	(77.742)	-	(25.056)	-	(70.030)
Encargos de conexão	-	(759)	-	(2.214)	-	(727)	-	(2.053)
PIS e Cofins	-	3.714	-	9.663	-	2.085	-	5.789
Outros	-	779	-	(4.079)	-	(706)	-	(1.768)
Total – Controladora	657.329	(64.267)	2.266.994	(175.185)	492.133	(53.226)	1.188.304	(134.570)
AES Minas PCH Ltda.:								
MRE e Spot	2.198	(123)	3.980	(372)	3.872	(30)	13.699	(195)
Encargos de transmissão	-	(11)	-	(40)	-	(19)	-	(47)
Total – Consolidado	659.527	(64.401)	2.270.974	(175.597)	496.005	(53.275)	1.202.003	(134.812)

(*) Dados não revisados pelos auditores independentes.

21. Outras receitas e custos

	Controladora				Consolidado			
	01.07.2012 a 30.09.2012	01.01.2012 a 30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	01.01.2011 a 30.09.2011	01.07.2012 a 30.09.2012	01.01.2012 a 30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	01.01.2011 a 30.09.2011
Doações	(308)	(1.118)	(167)	(772)	(308)	(1.118)	(167)	(772)
Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	(675)	(2.008)	(675)	(2.008)	(675)	(2.008)	(675)	(2.008)
Seguros	(2.392)	(6.412)	(1.809)	(5.144)	(2.398)	(6.427)	(1.817)	(5.169)
Ganhos no recebimento de energia livre	-	-	-	4.468	-	-	-	4.468
(Ganhos) e Perdas na alienação de bens e direitos	-	(5.317)	(35)	89	-	(5.317)	(35)	89
Ganho na alienação de investimento - Minas PCH	10.045	10.045	-	-	10.045	10.045	-	-
Outros Custos	(1.556)	(4.433)	(470)	(3.738)	(1.510)	(4.294)	(544)	(3.832)
Total	5.114	(9.243)	(3.156)	(7.105)	5.154	(9.119)	(3.238)	(7.224)

22. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	01.07.2012 a 30.09.2012	01.01.2012 a 30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	01.01.2011 a 30.09.2011	01.07.2012 a 30.09.2012	01.01.2012 a 30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	01.01.2011 a 30.09.2011
Receitas financeiras								
Renda de aplicações financeiras	7.030	24.330	12.364	37.955	7.101	24.557	12.597	38.515
Operação Banco Santos	-	-	-	3.034	-	-	-	3.034
Outras	159	1.963	46	53	160	1.965	47	56
Total	7.189	26.293	12.410	41.042	7.261	26.522	12.644	41.605
Despesas financeiras								
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(20.867)	(68.391)	(31.188)	(87.015)	(20.867)	(68.391)	(31.188)	(87.015)
Juros transferidos para o custo das imobilizações em curso	2.756	9.303	6.664	15.168	2.756	9.303	6.664	15.168
Outras	(198)	(1.361)	(324)	(1.596)	(200)	(1.462)	(327)	(1.711)
Total	(18.309)	(60.449)	(24.848)	(73.443)	(18.311)	(60.550)	(24.851)	(73.558)
Variações monetárias e cambiais, líquidas								
Encargos de uso demais instal. de transmissão – TUSDG	-	(17)	(775)	(3.513)	-	(17)	(775)	(3.513)
Perdas sobre o repasse de energia - Itaipú - nota 17	(122)	(2.033)	(3.852)	(2.472)	(122)	(2.033)	(3.852)	(2.472)
Pesquisa e desenvolvimento	(230)	(959)	(595)	(1.874)	(230)	(959)	(595)	(1.874)
Outras	(996)	(1.262)	(628)	(2.516)	(992)	(1.275)	(598)	(2.435)
Total	(1.348)	(4.271)	(5.850)	(10.375)	(1.344)	(4.284)	(5.820)	(10.294)

Notas Explicativas

O preço médio no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 é de R\$176,61/MWh (30 de setembro de 2011 - R\$164,86/MWh).

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Consolidado			
	01.07.2012 a 30.09.2012	01.01.2012 a 30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	01.01.2011 a 30.09.2011
Benefícios de curto prazo (a)	1.414	4.183	1.284	3.856
Benefícios pós-emprego (b)	70	196	61	182
Outros benefícios de longo prazo (c)	68	201	60	164
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	17	17	-	-
Pagamento baseado em ações (d)	71	198	23	96
Total	1.640	4.795	1.428	4.298

A remuneração dos administradores da Companhia foi aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2012 e está em linha com os padrões de mercado.

Os valores referentes ao pagamento baseado em ações são pagos pela The AES Corporation, não havendo ônus para a Companhia.

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- d) Compostos por opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração, concedidas pela The AES Corporation.

Notas Explicativas

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (Consolidado)

24.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- c) Revendedores (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 23);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 17);
- f) Fornecedores (nota explicativa nº 12);
- g) Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados; e
- h) Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida (líquidos dos custos a amortizar) – (nota explicativa nº 13).

24.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

30.09.2012			
Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	306	306	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	392.104	392.104	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores e revendedores	36.318	36.318	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	54.598	54.598	Empréstimos e recebíveis
Total	483.326	483.326	
PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	59.827	59.827	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar)	940.023	940.851	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados	2.413	2.413	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.002.263	1.003.091	
31.12.2011			
Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	44.520	44.520	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	397.420	397.420	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores e revendedores	33.053	33.053	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	66.833	66.833	Empréstimos e recebíveis
Total	541.826	541.826	
PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	67.314	67.314	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar)	924.173	924.173	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados	27.673	27.673	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.019.160	1.019.160	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e fundos de investimentos, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Notas Explicativas

Para as rubricas empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012.

24.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

		30.09.2012		
Valor justo	Mensuração			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	306	306	-	-
Investimentos de curto prazo	392.104	-	392.104	-
Total - Ativo	2.603.646	59.531	2.544.115	-
		31.12.2011		
Valor justo	Mensuração			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	44.520	442	44.078	-
Investimentos de curto prazo	397.420	-	397.420	-
Total - Ativo	3.287.590	55.669	3.231.921	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de Nível 2 são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo e empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

Durante o trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

24.4 Gerenciamento de riscos

24.4.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Análises Contábeis e Riscos que tem como principais atribuições garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações financeiras, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados.

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, a segunda avalia as demonstrações financeiras, a terceira os controles de segurança da informação e a investigação de possíveis fraudes e irregularidades, ambas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna.

Os principais controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são revistos a cada quatro meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante de controle interno, diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

Notas Explicativas

O plano de auditoria é aprovado pela Reunião de Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados ao Conselho Fiscal para acompanhamento.

24.4.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

24.4.2.1 Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (a) contas a receber de clientes; e (b) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber

As vendas de energia da Companhia são efetuadas para a coligada Eletropaulo e outros clientes, principalmente por contratos bilaterais. As vendas para a Eletropaulo estão garantidas pelos seus recebíveis, tendo a Companhia o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber. Para os demais clientes, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas a regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

Notas Explicativas

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data das informações trimestrais foi:

Consolidado	30.09.2012	31.12.2011
Caixa e equivalentes de caixa	306	44.520
Investimentos de curto prazo	392.104	397.420
Consumidores e revendedores	36.318	33.053
Contas a receber de partes relacionadas	229.240	237.315
Total da exposição líquida	657.968	712.308

24.4.2.2 Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e sua controlada. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes vencimentos diferem dos divulgados na nota explicativa nº 13. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Período findo em 30 de setembro de 2012					
Fornecedores	59.827	-	-	-	-
Arrendamento Mercantil	41	141	187	131	-
Debêntures (líquidas dos encargos e custos a amortizar)	41.928	336.846	351.199	325.575	-
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados	2.413	-	-	-	-
Total	104.209	336.987	351.386	325.706	-

De acordo com o CPC 40 *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 28 de setembro de 2012.

Notas Explicativas

24.4.2.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam operações com instrumentos financeiros derivativos.

24.4.2.4 Riscos de mercado

24.4.2.4.1 Riscos de taxas de juros

A Companhia possui debêntures remuneradas pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais de 1,20% ao ano. Conseqüentemente, seu resultado é afetado pela variação desse índice.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 30 de setembro de 2012.

O montante de exposição líquida da Companhia e sua controlada aos riscos de taxas de juros na data das informações trimestrais foi:

Consolidado	30.09.2012
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	286.500
Fundos de investimento (Investimentos de curto prazo)	105.604
Debêntures - 1ª Emissão	(900.000)
Total da exposição líquida	<u>(507.896)</u>

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de setembro de 2012, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2012, projetando os

Notas Explicativas

índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 30.09.2012	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,91%	5,86%	7,82%	9,77%	11,73%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	286.500	11.199	16.798	22.397	27.996	33.596
Fundos de investimento (Investimentos de curto prazo)	CDI	105.604	4.128	6.192	8.256	10.319	12.383
Subtotal		392.104	15.326	22.990	30.653	38.316	45.979

			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas - Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 30.09.2012	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,91%	5,86%	7,82%	9,77%	11,73%
Debêntures - 1ª Emissão	CDI+1,20% a.a.	(900.000)	(46.412)	(64.173)	(82.002)	(99.785)	(117.637)
Subtotal		(900.000)	(46.412)	(64.173)	(82.002)	(99.785)	(117.637)
Total da exposição líquida		(507.896)	(31.086)	(41.183)	(51.349)	(61.469)	(71.658)

24.4.2.4.3 Risco de preço

O preço da energia elétrica vendida da Companhia para a Eletropaulo está, atualmente, no nível do preço determinado no contrato bilateral (preço médio no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 - R\$176,61/MWh e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 - R\$164,86/MWh), cujos preços estão em torno do valor normativo e têm anuência da ANEEL. A partir de 2006 quase toda a energia assegurada da Companhia está sendo vendida para a Eletropaulo. Esse contrato tem vencimento em 31 de dezembro de 2015 e a partir dessa data essa energia será vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições de mercado vigentes à época. Eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos iniciais e bilaterais terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

A Companhia vem implementando, durante e após a vigência do contrato bilateral com a Eletropaulo, sua estratégia comercial, de modo a capturar as melhores oportunidades de negócio para a comercialização de sua energia. A regulamentação vigente permite à Companhia alocar sua energia no Mercado Regulado, através de leilões de energia existente, ou no Mercado Livre, através de contratos bilaterais livremente negociados com clientes livres ou comercializadoras de energia ao longo dos próximos anos.

Notas Explicativas

24.4.3 Outros riscos

24.4.3.1 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

24.4.3.2 Risco hidrológico

Risco associado à variação da disponibilidade hídrica destinada à geração de energia nas usinas hidrelétricas. Para mitigar os efeitos dessa variação, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, o qual tem o objetivo de compartilhar os riscos hidrológicos entre as usinas, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional – SIN.

24.4.3.4 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

24.4.4 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições econômicas, para possibilitar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de debêntures, entre outros instrumentos que julgar necessário. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar)	940.023	924.173
Caixa e equivalentes de caixa	306	44.520
Investimentos de curto prazo	392.104	397.420
Dívida líquida	547.613	482.233
Patrimônio líquido, antes da participação dos acionistas não controladores	1.906.152	1.954.076
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	29%	25%

25. Informações por segmento

A Administração da Companhia é responsável por revisar regularmente as informações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia. A Companhia e sua controlada são administradas como uma única operação, composta por nove usinas hidrelétricas (“UHE”) e três pequenas centrais hidrelétricas (“PCH”). Suas receitas operacionais decorrem substancialmente da venda de energia elétrica produzida. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar o desempenho da Companhia e de sua controlada.

26. Seguros

Em 30 de setembro de 2012, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/04/2012	01/04/2013	1.833.700
Vida em grupo	01/11/2011	01/11/2012	25 X salário
Responsabilidade Civil Geral	01/06/2012	01/06/2013	30.000
Frota veículos - RCF	31/08/2012	31/08/2013	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

O escopo dos trabalhos dos auditores não inclui revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Diretoria e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Outras Informações que a Companhia Entenda RelevantesImposto de renda e contribuição social

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e 2011 a Companhia efetuou pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 417.888 e R\$ 347.567, respectivamente.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e 2011 a Companhia e suas controladas efetuaram pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 418.038 e R\$ 347.856, respectivamente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Tietê S.A.
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Tietê S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e às informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 24 de fevereiro de 2012 e 31 de outubro de 2011, que não contiveram qualquer modificação.

São Paulo, 29 de outubro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2012.

Barueri, 29 de outubro de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Arturo Henrique Gris Lindenthaler
Diretor Vice-Presidente e de Geração

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor de Assuntos Legais

Sheilly Caden Contente
Diretora de Assuntos Legais

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade

Olivier Robert Jean Marquette
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2012.

Barueri, 29 de outubro de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Arturo Henrique Gris Lindenthaler
Diretor Vice-Presidente e de Geração

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor de Assuntos Legais

Sheilly Caden Contente
Diretora de Assuntos Legais

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade

Olivier Robert Jean Marquette
Diretor de Desenvolvimento de Negócios